



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA
DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

LOCAL: virtual

DATA: 25 de ABRIL de 2024

HORÁRIO: 9h30min

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes Remor (CIB), Fábio Gaudenzi Faria (SUV), João Fuck (SUV), Arion (DIVS), Cristine Durante de Sousa (GEIMS/DIVS), Marlei (LACEN/SC), Amanda de Abreu (SUV).

COSEMS: Maria Cristina Willemann (COSEMS), Lucas Brojan (Araquari, Região Nordeste), Pedro (VISA Camboriú AMFRI), Beatriz (NDVISA).

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: MARIA CRISTINA WILLEMANN

PAUTA

1. Retificação Deliberação 032/2024 - Cronograma de Pactuação dos Planos de Descentralização (DIVS);
2. Discussão sobre o modelo de inspeção sanitária nas ILPI - ajuste no RÓI (COSEMS);
3. Ajuste no modelo de financiamento dos ACE para os municípios que optaram pelo valor via PFVS (DIVE).
4. Atualização do Protocolo da Síndrome Respiratória Aguda Grave.

1. Retificação Deliberação 032/2024 - Cronograma de Pactuação dos Planos de Descentralização (DIVS).

Encaminhamento: revisão do cronograma de pactuação dos planos de VISA para coincidir com os instrumentos de gestão dos município e possibilitar adequação no PHAROS. Consensuado entre os membros e encaminhado para CIB para retificação do anexo da 032/2024.

2. Discussão sobre o modelo de inspeção sanitária nas ILPI - ajuste no RÓI (COSEMS);

O ROI de fiscalização das ILPI somente aponta 2 itens como críticos e é longo. Foi informado que ele está sob atualização e convidado os municípios interessados em participar do grupo de atualização de ROI, que priorizará a atualização dos ILPI. Pedro e Lucas da CT se dispuseram a participar do grupo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

3. Ajuste no modelo de financiamento dos ACE para os municípios que optaram pelo valor via PFVS (DIVE);

Em 2019 houve uma portaria do MS que possibilitou aos municípios escolha entre receber o piso fixo da VE ou receber 60% do piso + AFC dos ACE. Naquele momento era vantajoso para 11 municípios receber o piso fixo, mas o piso era inferior ao atual. Para esses 11 seria interessante mudar a categoria. Nova Veneza e Papanduva já pediram e como se precisa fazer a solicitação via CIB, seria interessante que todos fizesse, pois há ganho financeiros aos 11. O COSEMS irá organizar uma reunião com todos os municípios interessados antes da CIB para pactuação.

Pontos de pauta incluídos

4. Atualização protocolo de SRAG (combinado na última CT) – Informado que o Ministério da Saúde/ OPAS está organizando uma nova forma da vigilância da COVID, e a DIVE está esperando essa atualização para seguir. Caso o Ministério da Saúde não encampe a discussão, a DIVE irá encabeçá-la. Ficou encaminhado que façamos um documento bipartite para cobrar a tripartite essa atualização.

5. Ampliação da vacinação de FLU e de dengue –

Solicitação dos municípios em ampliar a faixa etária de vacinação com as doses estão aqui. Solicitação da SES no cuidado da transmissão dos dados de registro ao sistema oficial. Houve solicitação da SES para o PNI de ampliação da faixa etária da FLU. Combinado que aguardaremos até o dia 29/04 para obter notícias do Ministério, caso não tenhamos, iremos pautar na CIB para tomar a decisão em âmbito estadual.

Informado que a região da FOZ ser contemplada com distribuição de dengue, não há um quantitativo disponível suficiente para ampliar a faixa etária por conta própria.

6. Fluxo de aprovação do plano de ação de emergências dos que receberam recurso pela 3160/2024 –

Foi esclarecido pelo João Fuck que os municípios que receberam o recurso, tem 30 dias após a entrada do recurso ao FMS para enviar o plano (que veio o modelo). Outros valores não serão recebidos diretamente após o envio do plano de ação, e se os municípios precisarem de mais recursos para cumprir o plano de ação, deve haver nova solicitação. O COSEMS irá marcar uma reunião com os municípios que receberam o recurso para orientá-los.

Campanha de pólio e monitoramento rápido de imunização – pedido para que haja a discussão da construção dos documentos orientadores em conjunto com os municípios, que foi prontamente aceito pela SES.

LOURDES DE COSTA REMOR

Secretária da Comissão Intergestores Bipartite